

Garibaldi propõe incentivo à geração de energia eólica

Segundo o senador, Brasil precisa planejar produção de energia, para evitar possibilidade de novo “apagão”.

Página 7



Roosevelt Pinheiro

Mesquita Júnior quer racionalizar a legislação

“Cipoal de leis”, diz o senador, trava desenvolvimento, “inferniza” vida dos cidadãos e gera insegurança na ordem jurídica.

Página 8



Roosevelt Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.729 - Brasília, terça-feira, 1º de julho de 2003

Reformas e projetos contra violência marcam convocação

Genaldino Magalhães



NO PLANALTO Entre a senadora Roseana Sarney e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, Sarney assistiu ontem à solenidade de lançamento do programa Primeiro Emprego

Sarney presidirá sessão em que será lida a mensagem de Lula relacionando projetos da pauta

A convocação extraordinária do Congresso terá início às 11h30, em sessão presidida pelo senador José Sarney. As propostas de reformas e os projetos contra a violência devem dominar a pauta, cujo teor exato só será conhecido hoje.

Páginas 3 e 5

Conselho discute TV digital

Cenário tecnológico e concentração da propriedade da mídia foram analisados ontem.

Página 8



POLÊMICA Especialistas ouvidos pelo Conselho de Comunicação Social divergem sobre concentração da propriedade



SOLUÇÃO Lúcia Vânia defende novo prazo para pagamento de dívidas dos municípios goianos

Lúcia Vânia propõe acordo com INSS

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou, em reunião com prefeitos de municípios goianos e do entorno do Distrito Federal e representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), proposta de emenda ao Projeto de Lei do Senado 260/02, de autoria do então senador Geraldo Melo, visando abrir novo prazo para renegociação das dívidas dos municípios com o instituto.

A proposta da senadora poderá resolver, temporariamente, a situação crítica de 41 municípios do nordeste de Goiás e do entorno do DF, que é a mesma de mais de mil municípios brasileiros que não aderiram à renegociação, cujo prazo expirou em 30 de novembro de 2001.

– A emenda é uma solução temporária. Vamos ter que pensar em uma medida provisória, estreitando o relacionamento com o governo federal e elaborando uma proposta que atenda aos prefeitos de forma definitiva – afirmou Lúcia Vânia.



Agenda

Congresso inicia trabalhos de julho

O presidente do Senado, José Sarney, abre sessão solene do Congresso Nacional, hoje, às 11h30, para instalação da primeira sessão extraordinária da 52ª Legislatura, no Plenário da Câmara dos Deputados. E às 14h30, está marcada a sessão do Senado, destinada a pronunciamentos dos parlamentares.

Comissão mista analisa crédito para população de baixa renda

Às 11h, está marcada a instalação da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória nº 122/03, que prevê linhas de

financiamentos de pequeno valor para a população de baixa renda e microempreendedores, e que autoriza o Executivo a instituir o

Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social para propostas de desenvolvimento urbano.

Solenidade celebra aprovação de lei contra pirataria de discos

Ocorre amanhã, às 12h, no Salão Negro do Congresso, solenidade de entrega do "Disco de Ouro", pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), aos presiden-



tes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, e a outros parlamentares, em comemoração à aprovação da lei contra pirataria de produtos fonográficos.

TV Senado exhibe entrevista com Ney Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – foto – discute as relações econômicas entre o Brasil e a Líbia hoje, no programa *Entrevista*, exibido pela TV Senado às 12h30.

Às 13h, no programa *Cidadania*, os peritos da Polícia Federal Marcos Camargo e Rogério Mesquita falam sobre a identificação de entorpecentes.



Audiência discute tráfico de mulheres

A Comissão Parlamentar de Inquérito de Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto –, realiza audiência pública amanhã, às 11h, para ouvir exposição dos coordenadores da pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.

Reajuste salarial em exame

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, a partir das 16h, emendas ao projeto do Executivo que estabelece reajuste de 1% para os servidores federais. A comissão deverá analisar ainda a indicação de Luiz Alberto Esteves Scaloppe para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Reunião da CPI do Banestado

Presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, criada para apurar responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil por meio de contas CC-5, realiza, às 17h, reunião para discutir cronograma de trabalhos durante o período de convocação extraordinária.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



UNIÃO Prefeitos podem, juntos, agilizar solução para problemas comuns, afirma Serys

Serys apóia consórcios de municípios

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem a criação de consórcios municipais para resolver problemas comuns, como serviços de saúde, tratamento de lixo e recuperação de estradas.

– É a união de esforços, sem coloração partidária, que vai atender às reivindicações das populações, porque governo federal ou estadual não sabe onde estão as ruas esburacadas, onde faltam salas de aula ou onde se deve depositar o lixo das cidades – afirmou.

A parlamentar esteve, juntamente com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), em Colorado do Oeste (RO) participando de debate com prefeitos de Mato Grosso e Rondônia para examinar alternativas para resolver problemas comuns. Conforme informou Serys, ela e Raupp estimularam os prefeitos a constituírem fóruns municipais para elaboração de programas de desenvolvimento, em acordo com a sociedade civil e vereadores. A senadora faz parte da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável.

Alternativa

Para Serys, o consórcio municipal é a saída quando falta dinheiro às prefeituras, a exemplo de Lucas do Rio Verde (MT), que lidera integração para atendimento hospitalar na região. Essa solução, acrescentou, é ideal para pequenos municípios no tratamento de lixo, pois só a união torna viável a construção de usinas.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC), ex-prefeito de Balneário Camboriú, observou que o Congresso deve discutir o assunto e rever legislação que proíbe um município de investir em território vizinho.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Dalto Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Osmar quer facilitar apoio a programa social

Célio Azevedo



Osmar: proposta não prejudica estabilidade fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar em breve projeto de lei complementar do senador Osmar Dias (PDT-PR) que altera dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre

renúncia de receita pelos entes federados. A iniciativa pretende dispensar exigências decorrentes da concessão ou ampliação de incentivo tributário que implique renúncia de receita no caso de entidades sócio-recreativas ou esportivas que cooperem com o poder público em programas de inclusão social ou de patrocínio de equipes esportivas.

Na justificativa da proposta, Osmar Dias afirma que as exigências previstas no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal são rígidas demais quando se trata da implementação de certas políticas públicas.

– O projeto flexibiliza a restrição da exigência explícita de compensação financeira quando se tratar de programas de inclusão social ou de incentivo ao esporte – explica o senador, acrescentando que a alteração não prejudicará a estabilidade fiscal prevista na LRF, pelo fato de não atingir os instrumentos essenciais da lei, ou seja, o controle do endividamento e dos limites dos gastos dos entes da Federação.

CPI do Banestado vota cronograma e requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito do Congresso que investiga a evasão de divisas por meio de contas CC-5 se reúne hoje, a partir das 17h, para votar o cronograma de atividades e requerimentos. A expectativa é de que sejam chamados a depor os policiais que participaram das investigações da remessa de cerca US\$ 30 bilhões por intermédio da agência de Nova York do Banestado. Após a eleição da Mesa

da CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), os parlamentares começaram a discutir, na semana passada, a forma de trabalho da comissão. Magno Malta (PL-ES) – foto – sugeriu que se requeiram à Câmara dos Deputados os documentos obtidos pela CPI do Narcotráfico. Ele informou que integram a documentação relatórios enviados pelo Banco Central com dados sobre a remessa de dinheiro.



José Cruz

Congresso Nacional inicia hoje a convocação extraordinária

■ Pauta definida pelo presidente Lula será conhecida hoje e deliberações devem começar amanhã

O período extraordinário de trabalho do Congresso Nacional será instalado em sessão solene hoje, às 11h30, no Plenário da Câmara, pelo presidente do Senado, José Sarney. Após abrir a sessão, Sarney passará a palavra ao 1º secretário do Congresso, deputado Geddel Vieira Lima, que lerá a mensagem do presidente Lula, na qual são expostos os motivos que o levaram a convocar o Legislativo durante o receso.

– Depois de instalada a sessão legislativa extraordinária, o Senado e a Câmara estão habilitados a iniciar seus trabalhos – esclarece o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva.

Levando em consideração a urgência na tramitação de algumas propostas, especialmente as reformas tributária e da Previdência, Carreiro expli-



Rosairel Pinheiro

SUGESTÃO Sarney propôs a Lula a inclusão, nos trabalhos extraordinários, da proposta de reforma do Poder Judiciário

ca que a sessão solene foi marcada para o período da manhã, já que a primeira sessão da convocação extraordinária de cada Casa, como determinam os regimentos, não deve ter pauta.

Dessa forma, a sessão do Senado já agendada para hoje, às 14h30, será não deliberativa. Somente amanhã, às 14h30, os senadores devem analisar projetos em Plenário.

Como costuma acontecer nas demais convocações extra-

ordinárias, além das propostas específicas, o presidente da República deve incluir entre os temas passíveis de deliberação todos aqueles relativos às competências privativas do Congresso, do Senado e da Câmara. Isso significa que o Senado poderá analisar indicações de autoridades pelo presidente para, por exemplo, o Judiciário, missões diplomáticas e agências reguladoras.

A análise de medidas provi-

sórias também pode estar entre os itens listados na mensagem presidencial. Matérias de natureza orçamentária, como abertura de créditos extraordinários e especiais e outros temas que dizem respeito à Comissão Mista de Orçamento, igualmente podem ser analisadas durante o mês de julho.

Pauta

Depois de assistir ontem, no Palácio do Planalto, à solenidade de lançamento do programa Primeiro Emprego, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a pauta completa das matérias que serão examinadas durante a convocação extraordinária será conhecida hoje, pois a definição cabe ao presidente da República.

– Nós propusemos, eu e o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, algumas matérias, como a reforma do Judiciário, as medidas provisórias anteriores às normas hoje vigentes e muitos dos projetos que dizem respeito ao combate à violência. Mas a definição exata saberemos com a divulgação no *Diário Oficial*, pois a iniciativa é do presidente da República – disse Sarney.

CAE analisa emendas a abono e reajuste do servidor público

Waldemar Rodrigues



CORREÇÃO Antero propõe que salário do servidor seja atualizado pelo IPCA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, a partir das 16h de hoje, as emendas apresentadas ao projeto de lei que reajusta o funcionalismo e ao que estabelece o abono complementar de R\$ 59,87.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) rejeitou, em seu parecer, as duas emendas ao projeto que atualiza em 1% o salário dos servidores públicos. A primeira, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), propõe a correção salarial do funcionalismo pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que corresponderia a

12,53%. A segunda, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), estabelece um reajuste linear de 4%. O relator avalia que as duas proposições padecem de "vício de inconstitucionalidade formal", pois a matéria é de iniciativa privativa do presidente da República.

Duas emendas que tentam mudar o prazo e as condições do abono foram rejeitadas pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) em seu relatório. A emenda de Antero Paes de Barros pretende que a vantagem seja paga a partir de 1º de janeiro e não em 1º de maio, como prevê o projeto aprova-

do pela Câmara. A emenda de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) prevê a incorporação do abono ao vencimento básico do servidor a partir de janeiro de 2004.

A CAE analisa ainda outra matéria não terminativa, que corrige condições de pagamento de financiamento ao Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Na segunda parte da reunião, os senadores da CAE irão sabatar Luiz Alberto Esteves Scalloppe, indicado para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



José Cruz

INCORPORAÇÃO Azeredo pretende que abono passe a integrar vencimento em 2004



CRESCIMENTO Valdir Raupp apresentou dados sobre o desenvolvimento rural

Raupp defende investimento na agropecuária

As graves turbulências da economia brasileira e as dificuldades de manutenção do equilíbrio financeiro do país impõem maiores investimentos no setor agropecuário, comentou ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), salientando ainda que o agronegócio tem sido fundamental para a sustentabilidade brasileira no mercado internacional.

– Se o governo federal resolvesse ajudar mais os produtores rurais, com planejamento criterioso e sem estar praticando qualquer gesto paternalista, com toda certeza nosso país ganharia em dobro – avaliou.

Raupp apresentou dados que revelam o crescimento expressivo nos últimos anos do setor agropecuário. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuou 0,1% no primeiro trimestre deste ano, por exemplo, a produção agropecuária cresceu 3,7%. Atualmente, a atividade responde por 27% do PIB brasileiro e por 37% dos empregos.

– Nos últimos 13 anos a área plantada no Brasil cresceu 12%, enquanto a produção acusou um aumento de 99%. A média de produtividade por área, nesse período, subiu 74%. Na opinião do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, nenhum país de agricultura avançada do mundo apresentou desempenho igual ao registrado pelo Brasil – afirmou.

Ideli: em seis meses, Lula derrubou “teoria do caos”

■ Senadora aponta avanços na economia, na área social e na política externa, entre outros setores

Em seis meses de governo, o presidente Lula “derrubou a teoria do caos”, segundo a qual um governo do Partido dos Trabalhadores levaria a economia do país a uma total desorganização, afirmou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

– Nesses seis meses, o dólar caiu 20%, o risco Brasil despençou 51%, o déficit da balança comercial virou superávit de quase US\$ 10 bilhões e a inflação estimada pelo mercado para os próximos 12 meses é de 7,4%. No dia da posse, havia uma previsão de que a inflação poderia passar dos 40% no primeiro ano. Ninguém pode contestar os bons resultados do governo na economia – salientou.



MUDANÇA Ideli discorda de que esteja “tudo igual” no governo Lula em relação ao anterior

Conforme Ideli Salvatti, também houve avanços na área social, com os programas Fome Zero e Primeiro Emprego, a oferta de crédito para 25 milhões de pessoas que não têm contas bancárias, o reajuste do valor da merenda escolar e da consulta que o governo paga a hospitais estaduais e municí-

pais, o programa Brasil Alfabetizado, a oferta de crédito para agricultura familiar, as reformas tributária e previdenciária.

– Além da “teoria do caos” tão difundida pelos adversários durante a campanha eleitoral, dizia-se que o presidente Lula não representaria bem o Brasil no exterior. Os avanços para consolidação do Mercosul, da união dos países andinos, negociações com a União Europeia, com a China, com a Rússia e com os Estados Unidos mostram o contrário – afirmou a senadora.

Ideli contestou também afirmações de que no governo Lula “está tudo igual” ao anterior. Os fatos mostram diferenças brutais, na opinião da senadora.

– Quando o pequeno produtor rural teve uma renegociação de dívidas como a que o Senado aprovou há poucos dias? No passado, nós víamos renegociação de dívidas, mas de grandes agricultores – frisou.



SETOR AGRÍCOLA Jonas diz que entidades consideram reforma tributária insuficiente

Jonas registra posição da CNA sobre reforma

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) divulgou ontem a posição da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e das 27 federações da agricultura do país sobre a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo federal. Segundo ele, as entidades consideraram a proposta “insuficiente”, além de induzir a um aumento da carga tributária, “fator impeditivo para o retorno do crescimento, do incentivo à produção e do investimento”.

O senador afirmou que, embora essas organizações considerem positiva a unificação das 27 legislações estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a criação de cinco alíquotas nacionais, seus dirigentes temem que, no enquadramento das novas alíquotas, possa haver aumento da carga tributária. Também se mostraram apreensivos com a nova sistemática das transações interestaduais, que pode criar complicações para os contribuintes.

As críticas às reformas foram sintetizadas em documento assinado pelos representantes das associações. Nele, observou o senador, os signatários expressam também sua preocupação de que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) possa “fragilizar os direitos dos contribuintes e elevar as incertezas jurídicas”.

Eleitor se sente enganado, afirma Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem que os brasileiros que elegeram o presidente Lula estão se sentindo “traídos e enganados”, o que apontaria para um verdadeiro estelionato eleitoral. Conforme o senador, a coerência petista de 23 anos foi colocada no lixo.

– A população que votou em Lula votou contra a Alca, contra o FMI, contra os juros altos e o desemprego, e acreditava nas promessas de campanha de que ele iria mudar este país. Mas hoje o Fundo virou parceiro e até banco este governo privatizou para atendê-lo; não se fala mais em acabar com o seguro-apagão; a CPMF já se transformou em imposto fixo; e a Alca, que motivou até um plebiscito coordenado por setores ligados ao PT, no governo



COBRANÇA Segundo Leonel Pavan, a coerência petista de 23 anos foi colocada no lixo

passado, tornou-se uma meta para 2005 – sustentou Pavan.

Com o intuito de rebater críticas feitas ao governo anterior pela senadora Ideli Salvatti, o parlamentar lembrou que os

primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso promoveram grandes mudanças na área social, reconhecidas mundialmente. Prova disso, segundo ele, é que até hoje ex-ministros daquele governo recebem prêmios internacionais. Leonel Pavan observou que, na condição de vice-líder do PSDB, sentia-se na obrigação de defender o partido a que pertence e alertar para o quadro atual.

Ele salientou que o governo Lula, que havia se comprometido a criar 10 milhões de empregos em quatro anos, com menos de seis meses já acumulou um déficit de 600 mil empregos. Pavan acrescentou, citando a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que, se alguma coisa mudou, foi o PT.



Mão Santa cobra recursos para hospital universitário

O senador Mão Santa (PMDB-PI) – foto – cobrou do governo ontem a liberação de R\$ 60 mil mensais para o custeio do ambulatório do hospital universitário do Piauí, em Teresina. Ele mostrou uma relação de 20 páginas com equipamentos no valor de US\$ 22 milhões que estão perdendo prazos de garantia e

assistência técnica sem ser usados.

Mão Santa explicou ter encaminhado documento de apoio ao pedido de liberação de recursos assinado por diversos parlamentares, inclusive do PT, às instituições responsáveis dos Ministérios da Educação e da Saúde. Ele lamentou que o presidente Lula diga que quer aju-

dar, “mas o time dele não anda”.

– O ambulatório tem 40 clínicas especializadas, capacidade de realizar 1.500 consultas diárias e 2 mil exames laboratoriais. Foi feito para atender os pobres, porque os ricos não têm problema, podem pegar um avião e ir se tratar em São Paulo. O Piauí cansou de servir de material

para propaganda e de marketing do governo – disse.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou preocupação. “Se o senador Mão Santa, que é da base de sustentação do governo, está tendo dificuldades para liberar R\$ 60 mil, o que será dos senadores da oposição?”, questionou.



"CALCANHAR DE AQUILES" Iris lembra que dívida social no país continua a representar desafio

Iris recomenda cautela na queda dos juros

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) sugeriu ontem que o governo baixe as taxas de juros, mas de maneira responsável. Segundo ela, os resultados favoráveis da economia nos últimos meses demonstram que a necessidade de manter taxas de juros elevadas está chegando ao fim.

– Todavia é preciso ter cautela, para não comprometer a ordem que está sendo colocada na casa e inviabilizar a plataforma que está sendo construída para permitir que o país possa crescer de maneira sustentável – alertou.

Depois de lembrar que até mesmo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já afirmou que ninguém gosta de conviver com taxa básica de juros de 26% ao ano, ela disse que a redução já estaria fazendo parte da agenda do próprio responsável pela condução da política econômica.

Para Iris de Araújo, o "calcanhar de Aquiles" do governo federal continua sendo "a inadmissível dívida social que envergonha e inviabiliza o desejo dos brasileiros de ocupar posição de grandeza entre as nações modernas".

– Apesar de ser uma de suas bandeiras mais importantes, o governo não tem muito a comemorar em relação ao avanço social do Brasil. Pelo contrário, daqui para a frente, terá que assumir posição de maior firmeza em relação, por exemplo, ao tão badalado programa Fome Zero, que até agora não apresentou qualquer resultado concreto – afirmou.

Iris de Araújo ressaltou, no entanto, sua confiança no governo Luiz Inácio Lula da Silva e pediu que sejam adotadas logo medidas para assegurar a retomada do crescimento e a geração de empregos no país.

Renan destaca o caráter social do programa Primeiro Emprego

■ Senador defende mecanismo que possa evitar a demissão de empregados mais experientes

Uma proposta "de caráter social importantíssimo" – assim o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), qualificou o programa Primeiro Emprego, lançado ontem, durante solenidade, pelo governo federal. O parlamentar salientou que ele e seu partido sempre defenderam essa iniciativa, por promover o combate ao desemprego no país.

O representante alagoano alertou para o fato de 8 milhões de jovens entre 16 e 24 anos de idade não terem ocupação. Desses, 3,5 milhões estão à procura de trabalho, o que, disse o senador, evidencia que, em



BANDEIRA Renan Calheiros afirma que PMDB sempre defendeu adoção da iniciativa

cada dois desempregados, um é jovem.

– É esse o principal alvo do Primeiro Emprego, jovens de baixa renda do país – afirmou.

De acordo com Renan Ca-

lheiros, o governo vai repassar R\$ 200 por mês às empresas, para cada jovem contratado. A elas caberá pagar os R\$ 40 restantes para inteirar um salário mínimo, além dos encargos trabalhistas. A previsão, informou, é atingir 250 mil jovens nos primeiros seis meses do programa.

– Terão prioridade negros, mulheres, egressos da Febem e de presídios, entre os quais se registram as maiores taxas de desemprego juvenil – ressaltou, acrescentando ser proibida a contratação de parentes de empregados ou de sócios de empresas, ou ainda de dirigentes de entidades que aderirem ao programa.

Renan destacou que o Tesouro Nacional está liberando R\$ 140 milhões para o programa, aos quais deverá acrescentar R\$ 1 bilhão, a ser obtido junto a organismos internacionais.

Mas lamentou que a previsão orçamentária para o primeiro ano do programa tenha sido reduzida em 72%, segundo noticiário da imprensa.

– A destinação de recursos do Orçamento Geral da União é peça fundamental na geração de políticas compensatórias que ajudem o país a superar nosso imenso fracasso social – afirmou Renan.

O senador concordou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para quem é preciso unificar as políticas sociais. Acrescentou que o governo federal já gasta R\$ 7 bilhões em políticas de transferência de renda. Renan alertou para a necessidade de o programa conter mecanismos visando desestimular as empresas públicas e privadas de dispensarem os funcionários mais experientes, em troca de mão-de-obra mais barata.

Projetos no Tocantins são exemplares, afirma Eduardo

O 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), saudou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo lançamento do programa Primeiro Emprego. O senador comentou os resultados obtidos nos últimos 14 anos por projetos similares implantados no Tocantins, que, na sua opinião, poderiam servir de exemplo para iniciativas a serem implementadas em nível nacional.

Presentes nos 139 municípios tocantinenses, os programas Pioneiros Mirins e Força Jovem – Meu Primeiro Emprego beneficiam 61 mil crianças, jovens e adultos. Ao confrontar o número de beneficiários com a população do estado, 1,2 milhão de habitantes, Eduardo concluiu que se essa correlação fosse aplicada à realidade do país, equivaleria ao atendimento de 10 milhões de brasileiros por programas sociais.

Se o presidente Lula seguisse o exemplo do Tocantins, de acordo com o senador tucano, milhões de pessoas seriam retiradas das ruas do país. "Se o Tocantins pode, o país também pode", sustentou.

Enquanto nos Pioneiros Mirins estão inscritas 43 mil cri-

anças, que precisam estar matriculadas na rede pública de ensino para ter acesso a calçados, vestuário e cesta básica, no Força Jovem são assistidos 12 mil jovens e 6 mil adultos com o auxílio financeiro de uma "bolsa cidadã". Além de assinalar o mérito das duas iniciativas, Eduardo Siqueira Campos revelou-se preocupado quanto à descontinuidade de programas sociais federais e à forma de participação da iniciativa privada nessas ações governamentais.



EFEITO Eduardo acredita que milhões de pessoas podem ser retiradas das ruas do país



SOLENIIDADE Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha (centro), durante o ato de lançamento no Planalto

Sarney considera o projeto uma iniciativa "excepcional"

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do lançamento, no Palácio do Planalto, do programa Primeiro Emprego, uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que consiste num conjunto de ações para inserir os jovens no mercado de trabalho.

Sarney definiu o programa como "excepcional" e disse que, em 1994, o estado do Maranhão, no governo de Roseana Sarney, foi pioneiro na adoção dessa iniciativa, propiciando o

primeiro emprego a inúmeros rapazes e moças sem experiência no mercado de trabalho.

Durante a solenidade, dois jovens do Maranhão – Waldo e Lenoare – beneficiados pelo programa Primeiro Emprego do estado foram homenageados pelo presidente da República. Depois de abraçados por Luiz Inácio Lula da Silva, dirigiram-se ao governador do Maranhão, José Reinaldo, ao presidente do Senado e à senadora e ex-governadora Roseana Sarney (PFL-MA), para cumprimentá-los.



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

LDO aperfeiçoa controle sobre obras federais

Comissão quer descentralizar repasse à Apaes

Na tramitação das leis orçamentárias anuais, sempre se discute qual a melhor forma para descentralizar os recursos federais transferidos às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes): se repassar as verbas com a intermediação dos estados ou municípios ou diretamente às entidades. Pelas suas características, com atendimento direto e gratuito ao público, desenvolvendo atividade de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, as Apaes podem receber ajuda para custeio e investimento. Os recursos para educação e saúde podem ser intermediados ou transferidos diretamente, tanto o que for para investimento quanto para custeio. No entanto, os recursos para atividades de assistência social só podem ser destinados a custeio e devem sair do Fundo Nacional de Assistência Social diretamente para um fundo estadual ou municipal.

E há vedação legal no caso de investimento, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003. Assim, as Apaes podem, por exemplo, receber recursos públicos federais para adquirir equipamentos escolares, mas estão impedidas de utilizar as verbas na construção ou ampliação de creches.

Custeio

O Orçamento Geral da União deste ano destinou R\$ 12,478 milhões para 38 Apaes, dos quais 96% para custeio e 4% para investimento. Desse total, apenas 6% foram transferidos diretamente às entidades (R\$ 460 mil para educação e R\$ 308 mil para saúde).

A maior fatia do dinheiro (93% do total orçado) destinou-se à assistência social. Dos 14 estados beneficiados, o Paraná ficou com a maior parte (80,54%), seguido por São Paulo (7,01%), Distrito Federal (2,40%), Goiás (2,08%) e Acre (1,91%). Até 1º de maio último, nenhum real dessas transferências havia sido liberado pelo governo.

■ Contratos deverão estar registrados previamente no Siasg para que pagamento do serviço seja feito

Duas melhorias foram introduzidas no substitutivo apresentado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004 pelo relator da matéria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Bernardo (PT-PR). O objetivo é aperfeiçoar os sistemas de controle sobre as obras custeadas com verbas públicas federais.

No artigo 17, o substitutivo exige o prévio registro dos contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) para que o pagamento dos bens e serviços adquiridos possa ser efetivado. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, bem como as estatais constantes do orçamento de investimento, devem transferir os dados, caso optem



por sistemas administrativos próprios.

A segunda novidade consiste na obrigatoriedade de o Tribunal de Contas da União (TCU) verificar o cumprimento da exigência de registro, no Siasg, da associação entre contratos, convênios e programas de trabalho.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003 já exige que os órgãos e entidades informem essa associação, sem impor qualquer medida em caso de descumprimento. Pelo substitutivo de Paulo Bernardo, a ausência da informação, na forma adequada, prejudicaria os pa-

gamentos à conta da União.

A verificação do cumprimento da exigência, pelo TCU, visa assegurar a eficácia do dispositivo, além de permitir que eventuais dificuldades na implementação da norma sejam apreciadas pelo órgão competente para julgar as contas dos administradores e assinalar prazo para adoção de providências necessárias ao cumprimento da lei, sob pena de outras sanções.

O custo atual do levantamento da associação entre contratos, convênios e programas de trabalho, pelos órgãos de controle externo, seria proibitivo,

caso não se adotassem as medidas previstas.

Esses aperfeiçoamentos contribuem para que o Congresso Nacional possa alcançar maior efetividade nas suas decisões, principalmente no que se refere à correta aplicação dos recursos públicos. Também permitem que, em futuro próximo, as comunidades locais possam ampliar o acesso aos gastos públicos federais e às realizações obtidas com recursos do Orçamento Geral da União. E, por fim, prestigiam as atividades do TCU como órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo.

RESULTADOS DO GOVERNO FEDERAL

PRINCIPAIS ITENS	2002 Realizado		2003					
	R\$ bilhões	% PIB	Lei Orçamentária R\$ milhões	% PIB	Decreto 4.708 ⁽¹⁾ R\$ bilhões	% PIB	Realizado jan. a abr. R\$ bilhões	% PIB
A. RESULTADO PRIMÁRIO⁽²⁾ (3-4)	31,95	2,4	33,90	2,3	39,14	2,4%	25,10	5,0
1. Receitas primárias	321,88	24,1	352,10	23,5	363,30	22,7%	118,50	23,7
2. Transferências constitucionais a estados e municípios	54,41	4,1	54,30	3,6	58,10	3,6%	21,12	4,2
3. Receita líquida de transferências constitucionais (1-2)	267,47	20,0	297,80	19,9	305,20	19,1%	97,38	19,5
4. Despesas primárias	235,52	17,6	263,90	17,6	266,06	16,7	72,28	14,4
- Pessoal	75,00	5,6	77,00	5,1	78,50	4,9	24,73	4,9
- Investimentos	10,10	0,8	14,20	0,9	5,00	0,3	0,10	0,0
- Demais	150,42	11,3	172,70	11,5	182,56	11,4	47,45	9,5
B. JUROS LÍQUIDOS⁽³⁾ (1-2)	41,95	3,1	67,50	4,5	67,50	4,2	30,58	6,1
1. Receita	13,35	1,0	26,10	1,7	26,10	1,6	—	—
2. Despesa de juros ⁽⁴⁾	55,30	4,1	93,60	6,2	93,60	5,9	18,19	3,6
C. RESULTADO NOMINAL (A+B)	-10,00	0,8	-33,60	-2,2	-28,36	-1,8	-5,48	-1,1
D. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (1-2)	-17,20	-1,3	-19,30	-1,28	-25,70	-1,6	-5,50	-1,1
1. Contribuição de empregadores e trabalhadores para seguridade social	70,50	5,3	78,60	5,24	81,50	5,1	23,37	4,7
2. Benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS)	87,70	6,6	97,90	6,52	107,20	6,7	28,87	5,8
E. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO (1-2)	-29,50	-2,2	-28,10	-1,45	-28,63	-1,8	-9,06	-1,8
1. Contribuição dos servidores	5,40	0,4	5,80	0,30	5,93	0,4	1,64	0,3
2. Despesas com inativos, pensionistas e segurados ⁽⁵⁾	34,90	2,6	33,90	1,75	34,56	2,2	10,70	2,1

⁽¹⁾ Decreto de contingenciamento, de 28/5/2003

⁽²⁾ Inclui resultados do RGPS e da Previdência do setor público e do Bacen

⁽³⁾ Calculado pelo Banco Central (competência). Não há reestimativa oficialmente divulgada

⁽⁴⁾ Conceito orçamentário (caixa). Não há reestimativa oficialmente divulgada

⁽⁵⁾ Para o decreto, dados estimados

Fonte: Banco Central, STN, Lei Orçamentária 2003 (Lei 10.640) e PLDO 2004



✓ Os projetos de decreto legislativo, liberando ou trancando a execução de obras com indícios de irregularidade grave, podem ser objeto de emendas na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem competência terminativa no caso da liberação.

✓ A Constituição federal fixa, no artigo 72, o prazo de 30 dias para que o Tribunal de Contas da União (TCU) responda à Comissão de Orçamento sobre indícios de despesas não autorizadas.

✓ A LDO de 2003 definiu critérios para orientar as decisões do Congresso e as recomendações do TCU em relação às irregularidades graves. Em caso de superfaturamento, por exemplo, o TCU recomenda, e o Congresso decide, sustar ou não a execução da obra ou serviço.

Virgílio defende política nacional de águas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao assegurar seu empenho pela definição de uma efetiva política nacional de águas, afirmou que a Subcomissão Permanente da Amazônia, a ser instalada em breve no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, também poderá ofe-

recer uma contribuição importante nesse sentido.

Ele destacou que o Ministério do Meio Ambiente já está monitorando uma série de estudos com vista à construção de uma política brasileira para a água. Além disso, assinou o senador, o secretário de Recursos Hídricos do ministério, João Bosco Senra, defendeu em recente

entrevista à imprensa a necessidade de se ampliarem os estudos em torno do tema, com a participação da sociedade civil.

Arthur Virgílio disse que, neste século, os recursos hídricos serão considerados como "o bem de maior valor entre todos os demais que movimentam o mercado, superando até mesmo o petróleo". Daí sua

preocupação e interesse em relação a todos os aspectos que envolvem o assunto, acrescentou.

O parlamentar também registrou entrevista concedida pelo senador José Agripino (PFL-RN) à revista semanal *Brasília em Dia*, cuja edição de 21 de junho ressalta a atuação do representante potiguar e seu estilo de fazer política na oposição.



IMPORTÂNCIA Virgílio diz que água será considerada bem mais valioso que o petróleo

Garibaldi quer incentivar geração de energia eólica

■ Senador afirma que medida representa solução para escassez de eletricidade no Nordeste

A apresentação de projeto de lei estabelecendo a concessão de incentivos à produção de energia eólica foi anunciada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), por entender que essa fonte alternativa representa uma solução para aumentar a oferta de eletricidade na Região Nordeste. O senador advertiu que o Brasil precisa planejar uma produção crescente de energia, para evitar a possibilidade de novo "apagão", como aconteceu em 2001.

Ele lamentou a estagnação do Programa de Incentivo a Fontes de Energia Elétrica (Proinfa), que, segundo observou, permanece aguardando a definição do valor econômico, item fundamental para viabilizar os



PROGRESSO Garibaldi Alves defende infra-estrutura para retomada do crescimento

projetos. – É inaceitável também a discriminação imposta aos investidores, classificando-os em primeira e segunda categorias, de acordo com o tipo de energia produzida, quando toda a energia será incorporada ao sistema elétrico, com benefícios e custos ali diluídos. A Cons-

tituição federal exige que os investidores sejam tratados de forma isonômica – salientou.

Garibaldi Alves informou que, quando esteve à frente do governo do Rio Grande do Norte, concedeu incentivos para atrair projetos de geração de energia eólica que se encontram em fase de contratação.

Investimentos

Conforme o senador, os investimentos nesses projetos poderão chegar a US\$ 2 bilhões e gerar 2 mil megawatts. Durante a implantação, serão criados 4.300 empregos diretos e 8.600 indiretos. Ele destacou que, durante 25 anos de operação, deverão ser mantidos quase 9 mil empregos.

Ao defender a diversificação das fontes de energia, por meio de hidrelétricas, gás natural, carvão e eólica, o parlamentar afirmou que, assim, será possível construir uma grande infraestrutura indispensável para a retomada do crescimento e a geração de empregos.

Capiberibe apóia programa para Amazônia

Registrando sua recente participação em seminário sobre desenvolvimento humano e meio ambiente, promovido em Manaus pela Rede Amazônica, o senador João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu ao Senado a realização de um grande debate sobre o programa de desenvolvimento sustentável proposto pelo governo federal para a região amazônica. O debate sugerido deverá reunir representantes da sociedade civil, de organizações governamentais e não-governamentais e da classe empresarial.

O senador pelo Amapá destacou que, pela primeira vez na história do Brasil, um presidente da República elegeu como meta o desenvolvimento sus-



AVANÇO João Capiberibe propõe discussão sobre projeto de desenvolvimento sustentável

tentável da Amazônia. Capiberibe acrescentou que o governo federal, por intermédio dos

seus ministérios e autarquias, deve integrar-se no sentido de colocar em prática a mudança de paradigma para o desenvolvimento da região.

– A Amazônia, infelizmente, outra vez nos causa preocupação em função do crescimento do desmatamento, que já atinge 25 mil quilômetros quadrados. Isso aumenta o temor, como falou o bispo de Manaus, dom Luiz Soares, de outros países colocarem em dúvida a soberania da região. Eu não chegaria a tanto, mas essa soberania poderá ser questionada se houver omissão do governo, se a floresta continuar a ser queimada ou se não mudarmos o modelo de desenvolvimento atual – afirmou.



TRANSFORMAÇÃO Romero Jucá cobra bom emprego de verbas e combate à corrupção no NE

Jucá sugere medidas contra desertificação

Ao criticar a "indústria da seca" e a impunidade dos que fazem mau uso de verbas, Romero Jucá (PMDB-RR) alertou, em pronunciamento, para o avanço do fenômeno da desertificação no Nordeste.

O parlamentar defendeu a urgente definição de novos padrões tecnológicos de manejo ambiental e de uso do solo para a região.

Na opinião do senador de Roraima, a luta para vencer a miséria no Nordeste deve criar condições de desenvolvimento pelo crescimento integrado de suas sub-regiões mais viáveis, de modo a promover a integração do semi-árido e diminuir as pressões biológicas sobre a região da caatinga.

– Diante dessa realidade, não podemos mais permitir que maus políticos, maus burocratas e maus empresários se utilizem vergonhosamente do dinheiro público para fins espúrios e para alimentar uma secular "indústria da seca", que já faz parte do folclore nacional.

Para Romero Jucá, se os investimentos não forem bem aproveitados e não acabarem a corrupção e o paternalismo, "todo o século 21 ainda não será suficiente para transformar o Nordeste em um espaço de prosperidade, de desenvolvimento e de justiça social".



INCOERÊNCIA Leonel Pavan adverte que proibição contraria política de combate à fome

Pavan pede uso da tarrafa na pesca artesanal

A revisão da portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que proibiu em todo o país a pesca por tarrafa (rede circular de pesca) foi sugerida, ontem, pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Segundo ele, a proibição trará graves prejuízos aos pescadores artesanais, que normalmente se utilizam desse instrumento.

– O Ibama toma uma atitude radical contra os pescadores artesanais, que os deixará sem comida. Não se pode querer preservar justamente em cima dos pescadores – ressaltou o senador, considerando a medida incoerente com os esforços do governo em combater a fome no país.

Pavan afirmou ainda que os pescadores do Vale do Itajaí (Santa Catarina) já se mobilizam contra a portaria. Ele disse esperar que o ministro da Secretaria Especial da Pesca, José Fritsch, também catarinense, dê atenção ao problema.

O senador lembrou que as dificuldades enfrentadas pelo Ibama para fazer a fiscalização poderão ser agravadas com mais essa incumbência. A seu ver, a preocupação do órgão deveria ser com o combate à pesca predatória promovida pelas grandes embarcações.

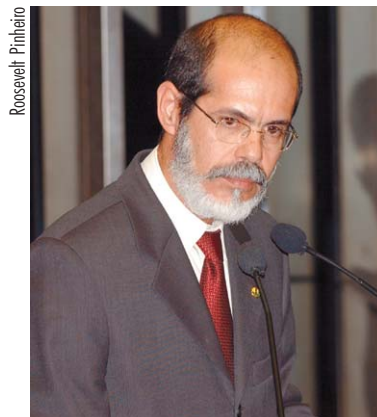
Mesquita Júnior quer facilitar o acesso à lei

■ Senador defende o reordenamento da legislação para acabar com a insegurança na ordem jurídica

Após falar sobre o papel da representação política no país e o desempenho do Congresso Nacional quanto à elaboração das leis, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) analisou o "alheamento" dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário frente ao desafio de racionalizar, simplificar e consolidar "a vasta e caótica" legislação brasileira, além de facilitar o acesso a ela.

– O cipoal de leis que enreda o país trava o desenvolvimento, inferniza a vida dos cidadãos, gera insegurança na ordem jurídica e torna insuportável o grau de conflitividade que a sociedade tem de enfrentar para fazer valer seus direitos – afirmou.

Segundo avalia, o Legislativo "demitiu-se da sua tarefa de legislar". Ao ressaltar a desaceleração na produção legislativa do Congresso, o senador disse que suas decisões são "lentas



CONTRADIÇÃO Para Geraldo Mesquita Júnior, "cipoal de leis" trava o desenvolvimento do país

ou excessivamente precárias", resultando em leis "conflitivas, complexas e feitas para não serem cumpridas".

O "antídoto" para corrigir essas distorções seria agrupar o ordenamento jurídico brasileiro por áreas de interesse da sociedade, e não do Estado, propôs Mesquita Júnior. Para ele, a consolidação só será possível com a adoção de duas classes distintas de atos legais.

A primeira condensaria as leis de conteúdo normativo e de caráter geral. A segunda reuniria as de efeitos concretos, de interesse restrito e de vigência temporária.

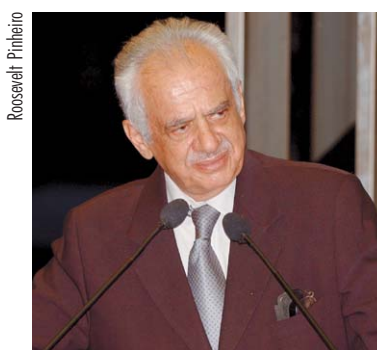
Simon elogia indicação de novo procurador-geral

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou esperança no novo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, empossado ontem no cargo pelo presidente da República. "Todos nós esperamos um comportamento diferente de Fonteles", afirmou, referindo-se ao trabalho desenvolvido pelo ex-procurador-geral Geraldo Brindeiro.

Conforme Simon, o novo procurador é franciscano, ordem da Igreja Católica caracterizada por sua opção pela pobreza material, em coerência com seu inspirador e criador, São Francisco de Assis.

– Fonteles é apaixonado pelo direito criminal e conhecido pela seriedade e por seu profundo conhecimento jurídico – ressaltou.

Simon também vê uma "coincidência feliz" no fato de Fonteles ter tomado posse ontem e a comissão parlamentar de



MÉRITO Pedro Simon ressaltou seriedade e conhecimento jurídico de Cláudio Fonteles

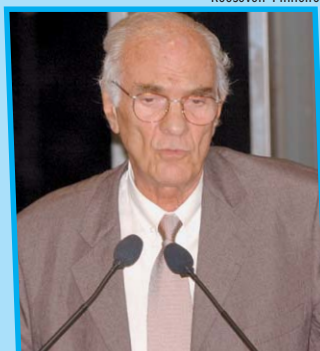
inquérito (CPI) do Banestado estar iniciando seus trabalhos. O senador garantiu que os resultados das investigações realizadas pela CPI "não ficarão na gaveta do procurador-geral". Ele afirmou que o Senado "pagou vexame com essa CPI". Para ele, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, "deu uma lição ao Senado" ao acatar requerimento para criação de uma CPI naquela Casa.

Saturnino alerta para risco de decisões de TRTs

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) alertou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre decisões que varas do trabalho e tribunais regionais do trabalho de alguns estados vêm tomando no sentido de tornar indisponíveis os bens de sócios minoritários de empresas que não dispõem de recursos financeiros ou patrimônio para quitar suas dívidas, nos casos de falência. Ele comentou que decisões desse tipo afetam o esforço que vem sendo feito para fortalecer o mercado de capitais brasileiro.

Na avaliação do senador, esse tipo de decisão adotado por alguns juízes é errado, injusto, anticonstitucional e desastrado, além de constituir uma afronta ao acionista comum de uma empresa. Citando a teoria da desconsideração da pessoa jurídica, Saturnino opinou que apenas os sócios majoritários, com participação na administração da empresa e que, comprovadamente, tenham cometido fraudes para lesar credores ou aumentar seus bens, podem ter os próprios bens tornados indisponíveis.

– Essa é que é a interpretação correta, de bom senso. Como é que vai se responsabilizar um sócio minoritário que não teve participação na gestão da empresa? Essa interpretação abusiva vem sendo tomada com a complacência do TST. Estão sendo apesados bens de sócios minoritários indiscriminadamente, não importa que eles tenham apenas 0,1% ou 0,001% de participação na empresa – advertiu Roberto Saturnino.



FALÊNCIAS Saturnino diz que sócio minoritário não pode ser responsabilizado

Paim propõe debate sobre fusão da Varig com a TAM

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a fusão da Varig com a TAM, como forma de equilibrar o mercado e ao mesmo tempo sanar as dificuldades das empresas, "não mostra muita consistência quando confrontada com uma análise técnica mais detalhada". Ele defendeu a realização de audiência pública com as duas empresas sobre a pretendida fusão.

– Os depoimentos devem começar pelos presidentes das duas companhias, as associações profissionais, o Banco Fator – que elaborou o plano de fusão – e a empresa de consultoria que tem um estudo alternativo sobre a viabilidade da Varig – relacionou ele.

Para o senador, também seria importante ouvir a Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os ministros da De-



ADVERTÊNCIA Paulo Paim teme que união de empresas gere desequilíbrio no mercado

fesa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Previdência Social. Juntamente com o Senado, disse Paim, poderia ser encontrada uma solução definitiva não apenas para a Varig, mas para o importante e estratégico setor da aviação comercial.

Em apertês, Edison Lobão (PFL-MA) e Romeu Tuma (PFL-SP) apoiaram a necessidade de medidas para fortalecer a aviação comercial brasileira.

Conselho analisa futuro da TV digital no Brasil

O Conselho de Comunicação Social se reuniu ontem para concluir debate iniciado em 2 de junho sobre o cenário tecnológico e a concentração da propriedade dos meios de comunicação social. Com relação ao primeiro tema, o membro titular do conselho e diretor da Central Globo de Engenharia, Fernando Bittencourt, destacou a importância da adoção da tecnologia digital para a sobrevivência da TV aberta.

Ainda sobre a televisão digital, o pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp), da Universidade de Brasília (UnB), Guilherme Canela, advertiu que é preciso criar legislação que regule o setor antes da sua implantação.

Quanto à concentração da propriedade dos meios de comunicação social, o fundador do Nemp da UnB e consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(Pnud), Venício Artur de Lima, afirmou que há um verdadeiro oligopólio dentro da TV aberta. Segundo Lima, em 2001, 78% dos gastos com propaganda no país foram para a Rede Globo e seus associados. A chamada "concentração vertical", que é o controle da produção e veiculação de programas por uma emissora, gerou polêmica no conselho.

Segundo Lima, estudos mostram que 90% do que é transmitido no país é produzido pelas próprias emissoras. Para Bittencourt, a televisão brasileira tem qualidade porque cria sua própria programação. Em contraste, a representante dos artistas, Berenice Bezerra, disse que o fato de os programas serem produzidos no país não garante a identidade cultural.

O radialista Francisco Pereira da Silva sugeriu que os trabalhos do conselho sejam editados pela gráfica do Senado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko